

Reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde COMSAÚDE, realizada no dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze, realizada, no Centro de Saúde Coletiva Professor Manoel José Ferreira, situado à Rua Santos Dumont, nº 100, Centro, com a seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores 2) Leitura de Expediente 3) Informes 4) Ordem do dia: a) Relatório da Comissão da Saúde b) Hospital Casa Providência c) Prestação de contas da Cruz Vermelha d) Apresentação sobre a Legislação dos Conselhos Municipais de Saúde e) Consórcio CIS-SERRA 5) Assuntos Gerais 6) Definição de pauta da próxima reunião. A reunião teve início às dezenove horas, com a informação de que a ata da reunião anterior não ficou pronta por dificuldade de escuta da gravação e a mesma será lida na próxima reunião. Leitura dos expedientes: Ofício do CRP Conselho Regional de Psicologia justificando a ausência na reunião anterior e informando a substituição de seus representantes. Ofício do Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro sobre a XIV Conferência Nacional de Saúde em Brasília que será realizada no período entre 30/11/11 a 05/12/11. Ofício da Secretária Municipal de Saúde indicando os representantes do Governo que irão compor as comissões de trabalho. Informes: os conselheiros Carlos Henrique David e José Freire passaram os destaques da VI Conferência Estadual de Saúde. Em seguida, a conselheira Aparecida Barbosa passou informes sobre a campanha Nacional de combate a Dengue informando que o nosso Município aderiu à campanha 10 minutos contra a Dengue, informou ainda que a Secretária de Saúde está preparando o material específico para nossa região em relação à Dengue. Ordem do dia: Relatório da comissão de Saúde, o relator da comissão de Saúde Kleber Godinho informou que por motivos pessoais da coordenadora da comissão de Saúde Maria Auxiliadora não foi possível a comissão aprovar o relatório da visita ao Hospital Alcides Carneiro, sendo assim, o mesmo não será apresentado. O Presidente fez um encaminhamento, para que o relatório fosse apresentado na reunião ordinária ao dia 13/12/11, após aprovação da comissão, e que assim que esteja pronto, seja encaminhado à Secretaria de Saúde e a direção do Hospital, para que as providências sejam tomadas, o que não irá prejudicar a discussão na reunião ordinária de dezembro, houve consenso entre os conselheiros. Próximo ponto: Apresentação do Hospital Casa Providência, a conselheira Aparecida Barbosa informou que este tema já foi discutido e que a contratualização já foi aprovado por este conselho, porém, é necessário nova apresentação sobre a como os serviços serão prestados a partir de agora. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Afrânio, Diretor Administrativo do Hospital, O mesmo informa que os serviços serão prestados de forma gratuita e que o hospital manterá o atendimento aos serviços credenciados ao SUS sem onerar os cofres públicos. Próximo ponto: Prestação de contas da Cruz Vermelha, a conselheira Aparecida Barbosa explicou que este assunto já havia sido agendado em outras reuniões e que no seu entender sendo este um tema de extrema importância, deveria ser tratado pela Procuradoria Geral do Município aqui representada pelo Dr. Anderson. Segundo ele, a deliberação do conselho sobre a auditoria externa nas contas da Cruz Vermelha na administração das UPAS não seria possível, e que durante todo mês fizeram várias consultas sobre o tema consultando inclusive o COSEMS. Informa ainda que o conselho pode fiscalizar e deliberar a auditoria, porém não pode determinar a forma como a auditoria deve ser feita, e de acordo com a deliberação do conselho foi pedida auditoria externa e privada sendo que o Município possui mecanismo de controle e fiscalização como a Procuradoria e a Controladoria. Após os esclarecimentos da Procuradoria do Município abriram-se as inscrições. O Conselheiro Carlos Henrique David, destacou que este é um conselho deliberativo garantido pela legislação e por isto este conselho pode sim deliberar uma auditoria, externa e privada. O fato de a Prefeitura estar descumprindo esta deliberação, representa um descumprimento da lei e um

desrespeito ao controle social. O Conselheiro Carlos Henrique David, pediu que constasse em ata um esclarecimento a sua fala: ele foi acusado por alguns conselheiros de ter recebido a quantia de R\$ 15.000.00 (quinze mil reais) pelo seu silêncio em relação ao tema. Reafirmou que não é homem de sujeitar-se a esses supostos acordos, e que sempre defendeu o lado do usuário e da sociedade civil, após esse desabafo disse que se novamente for abordado sobre o suposto suborno processará o conselheiro que fizer acusações infundadas. Esclareceu ainda que o único contato feito com os diretores da Cruz Vermelha, foi feita após a reunião deste conselho em que os diretores da instituição citada e solicitou um encontro com os conselheiros da Sociedade Civil para melhor esclarecimento de seus balanços. Não havendo mais nenhum contato com a Cruz Vermelha. Ainda sobre a auditoria reafirmou seu posicionamento favorável a auditoria da Controladoria do Município, que se não há recursos para auditoria externa, esse conselho deve provocar de forma específica o convênio Cruz Vermelha x Município de Petrópolis através do TCU ou TCE. Houve debate entre o conselheiro e o representante da procuradoria do Município, que reafirma não haver necessidade de provocar o TCE e o TCU para uma auditoria e disse que o Município não fará auditoria externa pois o Município dispõe deste mecanismo internamente. O conselheiro Carlos Henrique disse que o conselho tem que ter maturidade suficiente nas suas deliberações e que não é certo deliberarmos sobre temas já deliberados anteriormente. A Secretária Aparecida Barbosa fez um esclarecimento, que todas as instituições que prestam serviços à SMS todo mês apresentam balanços detalhando as suas despesas. Esses balanços são encaminhados ao Ministério da Saúde e havendo alguma irregularidade eles efetuam a glosa. A Secretária reafirma que quando não há comprovação das despesas, não quer dizer que há má fé e que a Secretaria não efetua os pagamentos. Dr. Anderson reafirma que não há irregularidade nas contas da Cruz Vermelha e que o Município só pagou as contas que foram comprovadas através de documentos e notas. O conselheiro José Freire falou que a apresentação da planilha do que foi pago pela Secretaria a Cruz Vermelha estava correto, mas que a planilha apresentada pela Cruz Vermelha apresentava vários erros e que até hoje não foram corrigidos, e que esta discordância foi que levou a pleno do conselho a aprovar a auditoria externa e privada. O conselheiro Carlos fez a seguinte colocação: Se a Cruz Vermelha não consegue apresentar de forma clara um simples balanço mensal como é feita a administração dos serviços. A Secretária de Saúde ressaltou sua confiança e o excelente trabalho que é feito pela equipe técnica, que trabalham com eficiência, dedicação e credibilidade, e diz reconhecer que a instituição Cruz Vermelha em algumas cidades possuem problemas mas que a Cruz Vermelha Rio vem cumprindo de forma eficaz os trabalhos pactuados. Aparecida Barbosa reafirma que sobre este tema já fez todos os esclarecimentos e o governo já deu a sua decisão. Aparecida propôs que, na próxima reunião os Diretores da Cruz Vermelha compareçam para prestar os devidos esclarecimentos. O Presidente questionou a plenária se todos se sentiam esclarecidos com a proposta da Secretária, e foi colocado em votação, proposta essa aceita por unanimidade, para que na próxima reunião os Diretores da Cruz Vermelha compareçam para prestar os devidos esclarecimentos. O Presidente fez um encaminhamento para que a partir de 2012 as reuniões do conselho aconteçam no auditório do Centro de Cultura Raul de Leoni. A coordenadora da casa dos conselhos, Gilda Jorge propôs ao Presidente que as reuniões sejam realizadas na casa dos conselhos, situada na Rua Ipiranga. A conselheira Sonia se contrapôs a Sra. Gilda Jorge dizendo que o espaço é ótimo mas que o acesso é difícil, e não oferece segurança para aqueles que não possuem veículos próprios. Após os devidos esclarecimentos o Presidente colocou as duas propostas em votação, sendo a proposta do Presidente aprovada, tendo somente um voto contrário. Próximo ponto

CISSERRA- O Presidente solicitou ao conselheiro Carlos Henrique que encaminhasse a discussão. Ao início da discussão o mesmo relatou sobre as reuniões que vem acontecendo nos Municípios da Região Serrana e que vários membros deste conselho participam e que o Município de Petrópolis é indagado porque participa do consórcio e o que é feito com a contribuição financeira, pois no entender de vários conselhos da região não há prestação de contas desse consórcio. A Secretária Aparecida Barbosa ressalta a importância da discussão deste tema e reafirma o apoio ao consórcio, e fala sobre a dificuldade de consolidação desse consórcio que neste momento passa por problemas com os Municípios de Teresópolis e Friburgo com suas situações políticas indefinidas. O 1º consórcio foi assinado em 2005 ou 2006 e com o decorrer dos anos os demais Municípios da Região Serrana foram aderindo após aprovação dos conselhos Municipais da Região Serrana. Informa ainda que os Prefeitos estão otimistas com a reativação desses consórcios e todos os Municípios estão em dia com suas mensalidades , continuando a sua fala diz entender que pela regionalização do SAMU existe a necessidade de crescimento desse consórcio, os conselhos tem a devida razão pois não houve a prestação de contas e que o Prefeito de Bom Jardim, Presidente de consórcio fará sua prestação de contas ao fim de seu mandato em dezembro de 2012. O conselheiro José Freire diz ter feito parte do conselho quando o mesmo aprovou a adesão do Município ao consórcio por entender a necessidade da regionalização e diz discordar do Município de Friburgo que por motivos políticos partidários colocam empecilhos para o avanço do consórcio, completando a sua fala a Secretária Aparecida Barbosa disse que existem em algumas regiões do Estado consórcios que já fazem contratação de serviços, compras de equipamentos e insumos. Informou que na Região Serrana apesar das contribuições aos Municípios o consórcio não funcionou, na apresentação da prestação de contas foi constatado que os recursos foram usados para partes burocráticas. O conselheiro Luis Kleber Dias ao fim da reunião perguntou a Secretária de Saúde e ao Diretor do HMNSE Nilson como funciona a Central 192, se aos finais de semana funciona 24 horas ou em determinado horário para de funcionar. O Sr. Nilson respondeu que funciona 24 horas . O conselheiro Luis Kleber diz que solicitou o serviço 192 mais de duas horas não obtendo sucesso, tendo que recorrer a vizinhos para socorrer uma paciente. O Presidente do conselho e Diretor do HMNSE respondeu que o serviço 192 não é de responsabilidade daquele hospital e sim da Divisão de Transporte. A conselheira Cristiane do SOS Vida fez uma denúncia sobre o Pronto Socorro do Alto do Serra, Leonidas Sampaio, e o Presidente do conselho solicitou que a mesma fosse feita por escrito e entregue a comissão de Saúde e fiscalização nada mais tendo a tratar foi encerrada a reunião.

Nome	Entidade
1	_____
2	_____
3	_____
4	_____
5	_____
6	_____
7	_____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____